

O regime salazarista português nas escolas elementares

The Portuguese Salazar regime in elementary schools

El régimen Salazarista portugués en las primarias

Rafaela Cobbe Dias¹

¹Mestranda em História pela UFPR. Especialista em Literatura Brasileira e História Nacional pela UTFPR.

Eliane Mimesse Prado²

²Pós-doutora em História pela PUC/SP. Professora do PPG em Educação e Novas Tecnologias do UNINTER.

RESUMO

Com este trabalho, pretende-se indagar as ferramentas ideológicas utilizadas durante o regime salazarista tendo como foco as escolas elementares. Verificou-se que a intenção do governo português, nesse período, era a inculcação ideológica pelo uso das imagens em cartazes distribuídos nas escolas primárias do país. Foram analisados cartazes denominados *A lição de Salazar*. A investigação apontou a existência de sentidos ocultos nas imagens, visando motivar ideologicamente as crianças que seriam potenciais apoiadoras do sistema. Nos cartazes, é recorrente uma política de obras públicas, sendo Salazar o responsável pela modernização em diversos setores do país. Foi possível notar a busca dos dirigentes portugueses por todo material que fosse utilizável visando à formação do “homem novo”.

Palavras-chave: Salazarismo. Cartazes didáticos. Escolas elementares.

ABSTRACT

It was sought with this article to investigate the ideological tools used during the Salazar regime with focus on the elementary schools. During this period, it could be verified that the intention of the Portuguese government was the ideological indoctrination through the use of images in posters distributed in primary schools of the country. Therefore, posters called *The lesson of Salazar* were analyzed. The research revealed the existence of hidden meanings in the images, aiming to motivate ideologically the children who would be potential supportive of the system. The posters present a recurrent policy of public works, in which Salazar is responsible for the modernization in various sectors of the country. It was possible to notice the search of Portuguese leaders for all the material that would be usable for the formation of the "new man".

Key words: Salazar. Didactic posters. Elementary schools.

RESUMEN

Se tiene la intención de investigar las herramientas ideológicas durante el régimen Salazarista bajo el enfoque de las escuelas elementales. Se constató que la intención del gobierno de Portugal de este período fue la inculcación ideológica por el uso de las imágenes en afiches distribuidos en las escuelas primarias del país. Se analizaron carteles llamados La lección de Salazar. La investigación también señaló la existencia de significados ocultos en las imágenes, a fin de motivar ideológicamente a los niños que serían potenciales apoyadores del sistema. En los carteles es recorrente una política de obras públicas, donde Salazar es el

responsable por la modernización en diversos sectores del país. Fue posible observar la búsqueda de líderes portugueses por todo el material que se puede utilizar para la formación del "hombre nuevo".

Palabras-clave: Salazarismo. Carteles didácticos. Escuelas elementales.

Os mitos ideológicos fundadores

Por meio da política de um projeto ideológico que pretendia tocar a alma dos portugueses e moldá-los conforme um pensamento que priorizava a moral católica e pátria, o salazarismo se deu em um contexto de enormes perdas em menos de uma década após o final da Primeira Guerra Mundial. Somado aos obstáculos, fossem eles de cunho econômico, psicológico ou social, Portugal ainda apresentava mais um agravante: o seu forte conservadorismo, que não permitia que o seu “progresso” caminhasse ao mesmo ritmo que de outros países.

Os valores nacionalistas se faziam imprescindíveis na tentativa da construção desse Estado Novo que, em alguns aspectos, seria influenciado pelo fascismo insurgente nessa mesma época. A identidade nacional seria forjada a partir da reinterpretação da história portuguesa oficial e de caráter principalmente político. Essa “nova” memória histórica exaltaria feitos passados e momentos de glória. A nação, por sua vez, teria motivos para sentir orgulho dos seus, celebrando datas referentes aos mitos nacionalistas e aceitando seus principais símbolos, sem questioná-los.

Em Rosas (2001) é possível estabelecer uma ideia mítica, visando à fabricação de um conceito integrador e unificador de cultura popular, em que a reeducação dos portugueses seria prioridade. Sobre esse discurso, o autor resume as percepções essenciais, falando dos “mitos ideológicos fundadores”. São eles: o “mito palingenético”, que diz respeito ao mito do recomeço de Portugal ocorrido graças ao Estado Novo. Em seguida, o mito do “novo nacionalismo”, que elegia o Estado Novo como um período da retomada da “verdadeira história. O terceiro, o “mito imperial”, que permitia a possibilidade da colonização e da evangelização daqueles que não compartilhassem das mesmas noções ideológicas. O quarto era o da ruralidade, uma vez que Portugal era um país substancialmente agrário. A terra seria entendida como a primeira fonte de riqueza e jamais poderia ser trocada pela indústria. Somado a esse último, o mito da pobreza,

mencionava a questão da honra; os homens não deveriam ter ambições doentias, devendo resignar-se sem contestações. O mito da ordem corporativa fixava uma ordem natural da vida; existiria uma hierarquia social estabelecida harmoniosamente. O último mito era o da essência católica, um elemento constitutivo da nova ordem forjada. Era o atributo que definiria a identidade nacionalista e um dos motivos pelo qual o Estado Novo não se enquadraria no movimento fascista e nem nos totalitarismos. Compartilharia, apenas, algumas de suas características.

A cargo desses mitos, o Estado arremata sua atuação, inculcando valores que passam a ser coletivos e, muitas vezes, inconscientes, a partir de um sistema de ideias e imagens de representações construídas anteriormente e durante o regime. Dessa forma, dá sentido para si e para o resto do país sobre suas práticas e escolhas. A identidade do português como uma construção do imaginário que produz coesão social permitiria a possibilidade de um sentimento de pertencimento, frente a uma coletividade. Ao mesmo tempo em que cria, também resgata elementos que possam diferenciá-los dos estrangeiros fomentando, assim, uma força integradora, conforme aponta Pesavento (2003).

A figura do português passa a ser a de um homem nacionalista, tradicionalista, produtor de sua própria subsistência, advinda do plantio e que via com bons olhos a dominação de territórios ultramarinos, assim como a evangelização de povos “menos instruídos”. De acordo com Rosas (2001), esse homem pacato toleraria, sem problemas, as diferenças hierárquicas, admitindo sua pobreza e seu destino, purificados dos vícios da modernidade, como o comunismo, o liberalismo, o racionalismo.

As transformações educacionais

Após o golpe militar de 28 de maio de 1926, mudanças na concepção de “escola” logo poderiam ser percebidas. A escola passou a ser um local de reprodução social e cultural, assim como de controle. Incluem-se aí alunos, professores e demais funcionários. O pensamento crítico e argumentativo deixaria de ter espaço dentro dos muros da escola. Alguns decretos foram criados entre os anos de 1926 e 1937 para assegurar as mudanças legalmente.

Com esses decretos e novas disposições sobre o ensino primário, a escolaridade obrigatória seria de quatro anos. A ignorância seria uma ferramenta eficaz para conservar a felicidade do povo que, segundo Almeida (2011, p. 05), teria no “sistema político, agora implantado, a não valorização da cultura e a defesa da ignorância como factor de felicidade do povo”.

A escola, no salazarismo, tinha um objetivo: o da inculcação ideológica dos principais valores do regime, doutrinando muito bem tanto alunos como professores e, conseqüentemente, reduzindo ameaças ao estabelecimento da ordem, como descrito por Monica (1977).

Os dirigentes do Estado Novo tinham o apoio do campesinato analfabeto – que poderia ser um recurso favorável ao regime, em um momento de adversidade. Portanto, não o menosprezavam. Ao contrário, tentavam preservar a sua felicidade nos moldes do que o Estado poderia ofertar. Isso não queria dizer que seria ofertada a possibilidade de estudo ou algum outro meio para que saíssem da vida no campo. Salazar preocupava-se em conservar a ruralidade, em toda a sua simplicidade.

Para ele, os camponeses, graças a processos misteriosos, compreendiam a Revolução Nacional melhor do que qualquer outro grupo social. Além disso, a maioria dos populares não acreditava na possibilidade da alfabetização pois, para eles, era uma oportunidade apenas para os mais abastados. Conforme Monica (1977, p. 332), “os pobres respeitavam e admiravam as pessoas cultas como se fossem superiores (...) para muitos, de resto, ler e escrever não era tanto uma aptidão negativa como uma perspectiva remota, parte de um mundo a que não tinham qualquer esperança de aceder.”

Nesses primeiros anos de 1930, o ministro Carneiro Pacheco será o mestre de obras no período da política educativa do Estado Novo, visando o controle das mentes juvenis. É adotado um livro único para cada classe da instrução primária. As práticas educativas se reduziram ao ler, contar e escrever. Para lecionar, o principal requisito não estava na área do conhecimento, mas residia na obediência, na pacificidade e na modéstia. Bastava ser justo e ter aptidão. Portanto, muitos semianalfabetos tornavam-se professores. Em sua maioria, eram contratadas mulheres por serem consideradas a melhor opção já que, em primeiro lugar, eram mães. Dessa forma, cuidariam com afeto dos filhos da nação.

A profissão do professor era desvalorizada, em se tratando do seu estatuto, do seu salário e da sua formação acadêmica. Por outro lado, como uma jogada política, os professores primários passaram a ter mais prestígio, uma vez que poderiam desempenhar um papel essencial junto à comunidade local, tornando-se uma figura de referência, como descrito por Almeida (2011).

Da dinâmica do “ler, contar, escrever”

Os camponeses não eram dignos nem da dinâmica do “ler, contar, escrever”, pois poderiam descobrir outros mundos, que não aquele da enxada e da terra. Era mais seguro se os camponeses mantivessem a modéstia e a humildade, como descrito por Monica (1977).

Já para as crianças que moravam nas cidades, havia o ensino primário obrigatório, em que se aprenderia o “ler, contar e escrever”. Conforme a reforma de Carneiro Pacheco de 1936, o principal objetivo era livrar-se dos ideais republicanos e, portanto, a moral e o respeito seriam mais importantes do que a razão e o desenvolvimento intelectual.

Dos Republicanos

Com o advento do Estado Novo, há um choque de ideias entre aqueles que conceberam a República e aqueles que conceberam o Estado Novo. Para os republicanos, as mudanças de currículo na educação constituíam uma doença, danosas para a mentalidade da população com um todo. A ignorância que se espalhava opunha-se à razão e ao humanismo que tanto defendiam. Os cidadãos, para os republicanos, estavam sendo privados de um direito básico: o conhecimento. O projeto do liberalismo, segundo Monica (1977), do qual os republicanos lutaram para promover, ficaria esquecido por décadas.

Para os republicanos, um povo ignorante sempre seria um povo escravo. A escola seria norteadora e o meio para findar muitas das misérias nacionais. Por isso, os

camponeses e os demais trabalhadores deveriam utilizar o seu tempo livre para adquirir conhecimentos.

As vozes daqueles que clamavam pela movimentação social, pela possibilidade de crescimento pessoal, por meio da educação, acabaram por ser abafadas pelos políticos do Estado Novo que sabiam da importância disto para a manutenção do regime.

Do catecismo

Se era necessário ler, a leitura ideal seria aquela referente à doutrina cristã. Assim, o currículo poderia ser reduzido ao que fosse do interesse da Igreja Católica e a educação estaria livre do fervor dos enciclopedistas, restando somente o dos religiosos. Segundo Monica (1977), nos livros didáticos Deus apareceria como Supremo Juiz e Governante, sendo as crianças doutrinadas desde cedo a aceitarem os dogmas da Igreja.

No início de 1930, o regime republicano havia expulsado Deus das salas de aula, instituindo o laicismo, com o decreto de 1926. Apesar da ditadura já ter permitido o ensino religioso nas escolas particulares, a proibição do ensino da religião nas escolas oficiais continuava em função desse decreto.

Muitos católicos sentiram-se perturbados, sem entender ao certo o motivo dessas transformações. Por isso, clamavam por alterações na dinâmica entre o governo e a Igreja. E essas mudanças vieram, mas de maneira autoritária, com diversos decretos.

Da Mocidade Portuguesa

Antes da Mocidade Portuguesa, outros projetos de juntas escolares foram desenvolvidos. Conforme Kluin (1993), muitas dessas organizações juvenis eram independentes e se pautavam em ideais políticos, sendo um deles o integralismo. A *Junta Escolar do Integralismo Lusitano de Lisboa* foi criada em 1929, órgão que coordenava um núcleo de estudantes que queriam ser úteis a seu país. Tais juntas costumavam ter características em comum com outros clubes políticos de estudantes e suas ideias eram divulgadas em seus próprios órgãos de imprensa, sem uma abrangência mais ampla. A Revista Intersaberes| vol. 9, n.17, p.199-215| jan. – jun. 2014| ISSN 1809-7286

partir de 1932, a organização deixa de ser independente gradativamente, graças a uma maior coesão, já que estava sendo absorvida pelo recém-criado movimento nacional-sindicalista.

Muitos estudantes não tinham profissão e sentiam uma necessidade de renovação do quadro político que vigorava. No entanto, uma organização que reunisse os jovens, em função de um objetivo que não fosse o de trabalhar pela imagem da pátria e de seu engrandecimento, não era bem visto. Mesmo que a política do grupo fosse de apoio a Salazar, não poderia haver atividade política fora da estrutura da *Ação Escolar Vanguarda*.

Por meio do Ministério da Instrução Pública foi decidido que seria fundada uma organização nacional da juventude. Essa decisão se deu por vários fatores e que são explicados por Kluin (1993) como as acusações de irregularidades nas despesas da *Ação Escolar Vanguarda*, além do fato de ter conseguido cumprir um dos seus principais objetivos: a segregação do movimento nacional-sindicalista no ambiente acadêmico. Portanto, a organização perdia seu principal motivo de existência. Após esse episódio, foi criada a *Mocidade Portuguesa* como um mecanismo para a intensificação da moralização, obediência e exaltação da “história oficial de Portugal”. Essa *Mocidade* tinha como base vários princípios orientadores da formação da juventude fascista e nazista. Segundo Kluin (1993), o principal ambiente de sua atuação era o liceal e que sofreu influências exteriores, devido ao processo de intercâmbio com a Alemanha e a Itália.

A *Mocidade* foi criada em dezembro de 1936, com o dever de contribuir para a formação cívica, moral e física dos jovens: defender bons costumes; colaborar para que a educação nacionalista fosse compreendida de maneira plena; promover as comemorações das datas patrióticas; fomentar o embelezamento da vida rural. Dos sete aos catorze anos, todos deveriam participar, pois era uma obrigação cívica. Não se restringia apenas a membros do gênero masculino, mas também meninas eram aceitas, além de jovens portugueses que moravam nas possessões ultramarinas. A *Mocidade Portuguesa Feminina* era mais voltada ao meio familiar e atribuía à mãe/mulher/esposa a responsabilidade de renovar os interesses de seus filhos e doutriná-los conforme as crenças ensinadas. Para que essas mães funcionassem como tais preciosas ferramentas, precisavam ser reeducadas. Essa era uma das principais funções da *Mocidade*, de acordo com Rosas (2001).

A *Mocidade* respondia ao Ministério da Educação Nacional, sendo a hierarquia um importante fator de sua estrutura. Os jovens tinham tarefas diárias, assim como rituais que precisavam cumprir. A disciplina, portanto, era fator de suma importância. Nos desfiles patrióticos, louvava-se a figura do governante e enaltecia-se a essencialidade da Igreja católica. A aparência física dos membros, nessas ocasiões era fundamental, e deviam preparar-se realizando vários exercícios físicos. Dentre esses exercícios, havia ginástica, tática militar, exercícios de tiros, cursos de equitação, etc. Era imprescindível que fossem esteticamente viris e sadios, pois eram parte da nova imagem criada pelo Estado, segundo Kluin (1993).

Conforme os avanços nas suas especificações, assim como na organização interna, mais membros se filiavam. Com as contratações em maior número e ajuda do Ministério da Educação, seu crescimento era inevitável. O que era uma organização nacional da juventude, em um primeiro momento, passava a ser uma ferramenta de enquadramento, de caráter obrigatório. Ao herdar alunos de liceus e escolas particulares, tornou-se a única nesse meio, uma vez que tinha o apoio e a quantidade de filiados para isso, acabando por levar ao ostracismo outras organizações independentes.

Desde pequenos, conviviam em um ambiente paramilitar, começando da marcha até conceitos mais complexos. Não era esse o futuro pré-militar buscado por aqueles que haviam desenvolvido a ideia da *Mocidade Portuguesa*, em um primeiro momento. Mas, em definitivo, foi essa a melhor maneira pela qual pode servir ao Estado Novo, conforme Kluin (1993).

“A lição de Salazar”

O golpe que instaurou a ditadura salazarista aconteceu em uma época de recuperação econômica, em uma conjuntura bastante vantajosa, num processo de estabilização das contas públicas. Durante a Primeira República, houve um crescimento econômico incipiente, mas com graves problemas em termos de sustentabilidade das finanças públicas. Passados apenas quatro anos após a Revolução Republicana, teve início a Primeira Guerra Mundial. As consequências desse conflito, tanto econômicas como políticas, foram sentidas imediatamente. À medida que o número de mortes ia

aumentando no Corpo Expedicionário Português, o seu fim tornava-se cada vez mais previsível e impopular. O custo de vida aumentava exponencialmente, havia desabastecimento de suplementos de necessidades básicas e o desemprego crescia. Tais fatores influenciaram negativamente a economia que já não era satisfatória há muito tempo, principalmente, em relação aos acordos econômicos que privilegiavam a Inglaterra.

Estes acontecimentos suscitaram violentas reações sociais que eram aproveitadas pelos unionistas e cidadãos favoráveis à monarquia. Ambos eram contrários à intervenção de Portugal no confronto armado e defendiam a retirada das tropas portuguesas dos campos de batalha da Europa. Conforme Capelato (2009, p. 43), “a Primeira Guerra e a Revolução Russa provocaram uma crise de consciência generalizada que, por sua vez, resultou em críticas à democracia representativa parlamentar individualista”.

Os desagrados do povo português tornavam-se cada vez mais recorrentes. Assim sendo, o mais eficaz seria a construção de um novo governo, arquitetado de modo a utilizar os sofrimentos passados em função das glórias futuras. Um governo firme que pudesse ser apoiado pelo povo e capaz de oferecer a segurança da qual os portugueses careciam desde muito tempo. Se não houvesse um passado que fosse satisfatório para suprimir as perdas passadas, seria necessário inventá-lo, segundo Capelato (2009).

Entre 1926 e 1933, Salazar conseguiu manter as finanças públicas equilibradas, assim como o saldo orçamentário, procedendo de forma sustentada na diminuição da dívida pública nacional. Para ele, as crises política e econômica eram fatores interdependentes, manifestações de um desajustamento do aparelho central do Estado e que se refletia numa crise de autoridade. A solução estaria na reformulação do arcabouço político central do Estado. Percebemos que para tal era necessário que um pequeno grupo conseguisse o controle e o consolidasse por meio de uma obra financeira de austeridade, de modo a criar as circunstâncias para formular novamente as estruturas políticas, conforme Telo (1994). Segundo o autor, percebe-se que o objetivo era o de solucionar a crise da autoridade do Estado com a construção de uma nova estrutura social e com novas bases de poder. A obra financeira seria o começo da renovação política.

Tanto entre 1890-1891, como entre 1930-1931 vigorou em Portugal um modelo econômico que passou por tais fases e pode ser percebido como algo similar à Revolução

Industrial, mas aos moldes portugueses. Para Telo (1994), tal modelo era moderado, lento, centrado numa indústria sem competitividade internacional, salvo algumas exceções. A nova política orçamentária gerou um crescente acréscimo do crédito interno e moveu um processo inflacionário. Isso modificou a distribuição interna da riqueza, apressando a desvalorização da moeda e favorecendo a fuga de capitais, alterando significativamente a mentalidade dominante. Os negócios lucrativos em Portugal passaram a estar ligados à especulação imobiliária, favorecida pela inflação, pelo crescimento dos centros urbanos e, principalmente, pela fuga de capitais.

No centro dessa profunda reorganização política estava Salazar, dentro do gabinete, com o poder de veto sobre qualquer aumento de despesa. Tinha o apoio das Forças Armadas que cumpriam as ordens de Salazar. Segundo Telo (1994), Salazar sabia que o seu verdadeiro partido eram os militares e que o seu futuro seria decidido pela capacidade de uni-los à sua volta.

Essa nova economia reorganizada, baseada no produto interno, nos contratos bancários, na especulação e no cooperativismo seria a responsável por promover, a harmonia social. Em comemoração aos dez anos desse governo estável, estruturado e harmonioso, Salazar lançou, em 1938, a série de cartazes intitulados “A lição de Salazar”, distribuídos por todas as escolas primárias do país. Seu principal objetivo dizia respeito a uma prática de inculcação ideológica por parte do Estado Novo. De maneira estratégica, buscava a glorificação da obra perpetuada até então pelo ditador, do progresso no campo econômico às obras públicas. Durante muitos anos, esses cartazes didáticos foram utilizados como um meio para a transmissão de uma determinada ideia: a superioridade de um Estado forte e autoritário sobre os regimes liberais. Inclusive, nesses cartazes havia sempre duas figuras, uma do “antes” e outra do “depois”, entendendo-se o “antes” como o período em que o liberalismo vigorou anteriormente a Salazar e o “depois”, já com as mudanças perpetuadas pelo seu governo.

Cartazes fabricados e suas representações

Conjecturando sobre as várias representações que podemos ter sobre um mesmo símbolo, uma vez que, como já diria Chartier (1990) em diferentes lugares e momentos

uma realidade social é construída, pensada, dada a ler de maneiras diferentes, a imagem torna-se um objeto indispensável para se pensar um contexto ou época definidos, pois traduz para cada indivíduo uma determinada representação. As representações são compreendidas como classificações e divisões que constituem a inquietação do mundo social como categorias de entendimento do real. Elas são variáveis segundo as disposições dos grupos ou classes sociais e caracterizadas pelos interesses de quem as forjam. É fundamental notar que discursos não são neutros e estão repletos de relações de poder que impõem uma autoridade, reproduzem ideias e legitimam desígnios. Em resumo, as representações estão permeadas de conflitos, visto que há sempre um grupo, congregação, corporação, etc. tentando atribuir ao outro sua opinião, em função do seu mundo social.

Analisando os cartazes da “Lição de Salazar”, o conteúdo se demonstra particular, direcionado para grupos específicos, por meio de representações com um objetivo preciso: a exaltação do governo e suas obras, assim como da moralidade e o progresso, visando às crianças, que deveriam reeducar seus pais conforme o conteúdo, as intenções, os projetos e ideais do Estado salazarista.

Em uma das figuras dos cartazes, é nítida a indicação da reorganização das finanças, em contraposição ao período republicano, que utiliza a figura de uma máquina cuspidora de dinheiro. A imagem faz referência à economia do governo da época como de uma administração muito bem conduzida, que conhece seus bancos e seus cofres e direciona a riqueza do país de uma maneira consciente, preocupada com o bem da nação.



Fonte: www.Salazar – Obreiro da pátria

O regime salazarista português nas escolas elementares

Em outro cartaz, o tema é o das Forças Armadas. São apresentadas como mais atuantes durante a ditadura auxiliando, inclusive, no processo do golpe. Mediante os acordos e benesses, tornam-se os principais responsáveis pela “defesa da nação e do império”. Assim como no cartaz anterior, nota-se a preocupação em contrastar o novo com o velho, a frota de navios para a defesa da nação é retratada como sendo muito mais numerosa e eficiente. A ação das forças armadas no governo é direta, seu papel é fundamental, a consolidação e adaptação a condições portuguesas de Salazar que somente acontecem com o auxílio das Forças Armadas, como citado por Telo (1994).

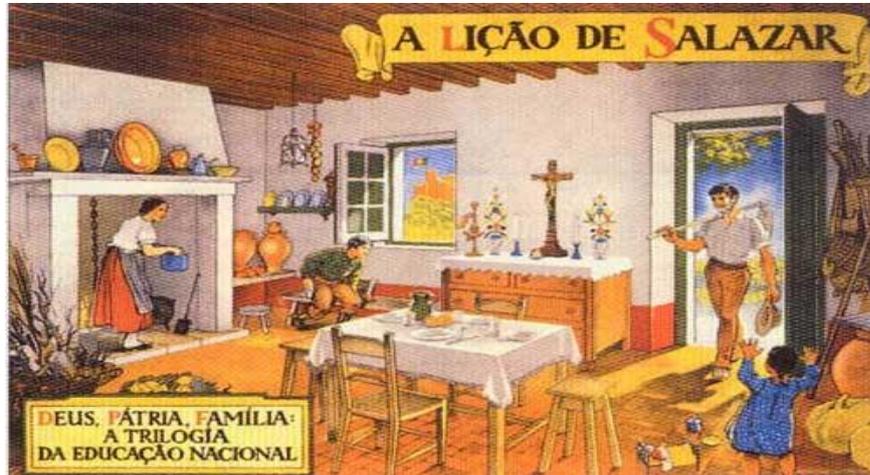


Fonte: www.Salazar – Obreiro da pátria

Para Cruz (1982), Salazar seduziu os militares com o aperfeiçoamento e enaltecimento profissional. Chamou-os aos quartéis, equipando-os tecnicamente e exaltando publicamente a sua missão. Ao Exército não caberia governar, mas cultivar o Estado, conforme as ordens do poder civil. Serviriam como mantenedores da paz social, da ordem e da integridade da pátria, uma ferramenta de controle eficaz e reestruturada. Portanto, assim como para a Igreja, o governo concederá seu respeito à autonomia das Forças Armadas.

Desde o começo, a religião católica foi o elemento formativo da alma da Nação e traço dominante do caráter do povo português, tornando-se religião oficial durante o Estado Novo. Ao longo dos séculos, a uniformidade em relação à religião foi um dos mais poderosos fatores da integração e coesão da nação portuguesa e o Estado soube utilizar este elemento a seu favor. Em um dos cartazes, percebemos a representação de uma família feliz, composta por quatro membros: pai, mãe e filhos. Cada um com uma função determinada. Os elementos representam a “trilogia da educação” constituída por Deus, Revista Intersaberes| vol. 9, n.17, p.199-215| jan. – jun. 2014| ISSN 1809-7286

pátria e família. É a imagem da família camponesa feliz, que vive em uma casa simples, mas satisfeita com sua condição social.

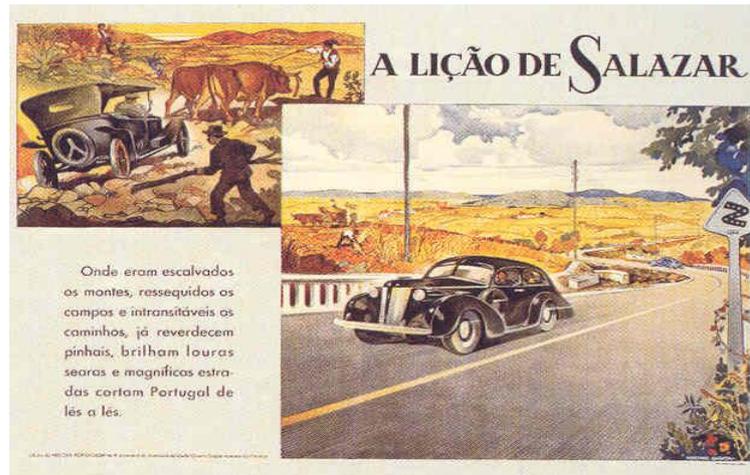


Fonte: www.Salazar – Obreiro da pátria

Percebe-se nessa imagem a busca pela autenticação dos mitos nacionais, utilizando-se das crianças como suas reprodutoras. Em um discurso, Salazar fala das verdades indiscutíveis e da revolução nacional. Explica que Deus e a virtude, a pátria e a sua história, autoridade e o seu prestígio, a família e a sua moral, o trabalho e o seu dever não podem, de maneira alguma, ser discutidos; devem ser simplesmente, aceitos. Também em outros momentos, Salazar traz à tona a tríade que serve como estrutura essencial na questão da manipulação ideológica e na conquista das almas.

Em outro cartaz, com o carro e a estrada e com os portos, o tema é o mesmo: o progresso possível com a ditadura, na soma da reestruturação política com a econômica. Observa-se nessa imagem, a abertura de estradas onde antes havia somente terra batida; as estradas, agora, ligam os pontos mais distantes de Portugal.

O regime salazarista português nas escolas elementares



Fonte: www.Salazar – Obreiro da pátria



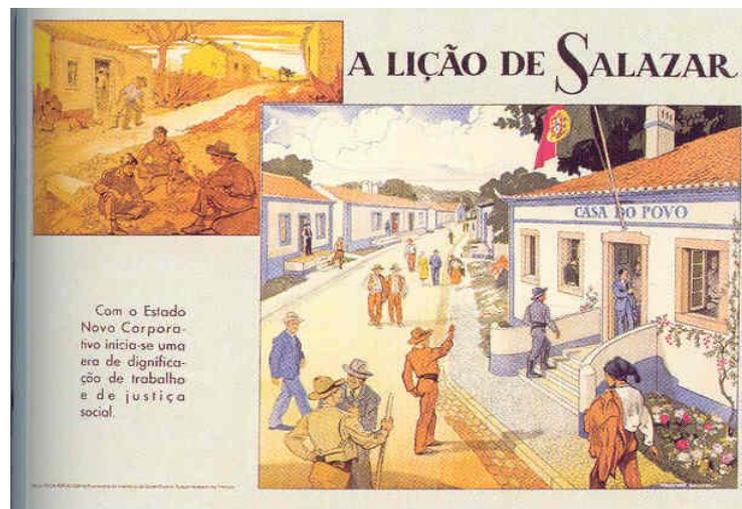
Fonte: www.Salazar – Obreiro da pátria

Para o governo salazarista não era artificioso deixar que a população fizesse parte do dito “progresso”, pois seria mais cômodo e frutífero edificar grandes obras que pudessem ser vistas, apreciadas e delas serem feitas propagandas. Os camponeses continuariam analfabetos, assim como boa parte da população. A mão de obra serviria só para funções elementares. Dessa forma, o governo poderia conservar sempre os mesmos grupos no poder, assim como na expansão territorial e no enriquecimento do país.

O Portugal dos anos de 1930 era, no contexto europeu, uma sociedade dependente, sujeita à economia de outros países. O setor que envolvia as indústrias era relativamente restrito, sendo a indústria tradicional mais preponderante, com pouca exigência profissional e com maior oferta de trabalho aos camponeses analfabetos. Já o comércio concentrava-se, essencialmente, em Lisboa e no Porto, conforme aponta Almeida (2011).

Essa ideia de humildade, que os arquitetos do regime pretenderam engendrar nas almas dos populares, adicionava-se a uma ordem de valores de tipo político-social. Era uma apologética ao ruralismo, em que aquele que vivia no campo seria considerado superior em relação àquele que residia no meio urbano, dado o modo de vida industrial e desenfreado do cidadão. Portanto, tal concepção no salazarismo revelava certa repulsa ao desenvolvimento capitalista, contrariando os projetos e obras que transpareciam nas imagens e nos textos dos cartazes analisados. Essa oposição, por sua vez, como afirmaram Torgal e Homem (1982), não era formal e acontecia de maneira velada. A contrapartida dessa atitude governamental era a defesa da ordem de valores econômicos e políticos, num estilo tradicionalista e moralizante.

No último dos cartazes analisados aparece a cidade, demonstrando sua remodelação: mais estruturada e organizada. A *casa do povo*, representada nesta figura, era um dos aparelhos de reprodução ideológica do regime salazarista e tinha ligação estreita com as camadas populares. Conforme Torgal e Homem (1982) eram ferramentas do Estado e ficavam sob a sua constante vigilância.



Fonte: www.Salazar - Obreiro da pátria

Os aparelhos de reprodução ideológica tinham como função servir como uma corporação que unia trabalhadores e patrões, sujeitando os seus interesses ao interesse do nacional. Com esta e outras corporações, o Estado conseguiu proibir os sindicatos livres e as greves. Poderia intervir na economia e controlar as atividades profissionais, mantendo entre patrões e assalariados a harmonia no trabalho nacional.

O patrimônio histórico e artístico da nação, também contemplado nos cartazes, era uma área que funcionava como fértil aparelho de reprodução ideológica, pois rememorava períodos de fortalecimento do poder dos governantes, remetendo aos feitos de “grandes” portugueses e a beleza do país.

Assim como a *casa do povo*, havia os centros de recreio popular, ligados à *Fundação Nacional para a Alegria no Trabalho*. Por esta via, seu objetivo era justamente o da preocupação cultural. Incentivava-se a organização de bibliotecas que se ativessem à linha dos valores ideológicos salazaristas. As próprias sociedades de recreio, de criação mais genuinamente popular, não conseguiram evitar a tutela dos grandes órgãos centrais de propaganda, presentes na maioria das iniciativas, de acordo com Torgal e Homem (1982).

Segundo Faye (2009), a linguagem e a história deveriam ser exploradas e articuladas entre si. Portanto, é dessa forma que a ideologia dos cartazes pode deixar perpassar e transparecer os pesados registros que a oneram. A relação entre esses movimentos na produção ou circulação de sentidos que se fazem presentes na vida real e, na outra parte, a emissão e circulação de relatos ideológicos produzidos a partir de um discurso, deixa entrever a capacidade sempre presente de dissimular e maquiar o verdadeiro intento. No entanto, é necessário um olhar atento para perceber esses sentidos e relatos que, muitas vezes, permeiam o inconsciente, mas que tem uma motivação muito própria de seu período e que funcionaram como mecanismos para incutir ideais nacionais salazaristas nas famílias, nas escolas, nos operários e camponeses.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Alberto de J. A escola primária ao serviço do Estado Novo em Portugal. *Cadernos de História da Educação*, v. 10, n. 1, p.13-31, jan./jun. 2011.

CAPELATO, Maria Helena R. *Multidões em cena: propaganda política no varguismo e no peronismo*. São Paulo: Papirus, 2009.

CHARTIER, Roger. *Por uma sociologia histórica das práticas culturais*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

CRUZ, M. Braga da. Notas para uma caracterização política do Salazarismo. *Análise Social*, v. XVIII, n. 72-73-74, p. 773-794, 1982.
Revista Intersaberes| vol. 9, n.17, p.199-215| jan. – jun. 2014| ISSN 1809-7286

FAYE, Jean-PIERRE. *Introdução às linguagens totalitárias: teoria e transformação do relato*. São Paulo: Perspectiva, 2009.

KLUIN, Simon. A Mocidade Portuguesa nos anos 30: anteprojectos e instauração de uma organização paramilitar da juventude, *Análise Social*, v. XXVIII, n.122, p. 555-588, 1993.

MONICA, Maria F. Deve-se ensinar o povo a ler?: a questão do analfabetismo (1926-39). *Análise Social*, v. XIII, n. 50, p. 321-353, 1977.

PESAVENTO, Sandra. *História e história cultural*. Belo horizonte: Autêntica, 2003.

ROSAS, Fernando. O salazarismo e o homem novo: ensaio sobre o Estado Novo e a questão do totalitarismo, *Análise Social*, v. XXXV, n. 157, p. 1031-1054, 2001.

TELO, António J. A obra financeira de Salazar: a «ditadura financeira» como caminho para a unidade política, 1928-1932, *Análise Social*, v. XXIX, n. 128, p. 779-800, 1994.

TORGAL, Luís R.; HOMEM, Amadeu de C. Ideologia salazarista e «cultura popular», análise da biblioteca de uma casa do povo. *Análise Social*, v. XVIII, n. 72-73-74, p. 1437-1464, 1982.